

DOCUMENTO DE CONSULTA PÚBLICA

N.º 7/2020

Projeto de norma regulamentar que densifica os deveres dos seguradores previstos no Decreto-Lei n.º 20-F/2020, de 12 de maio

8 de junho de 2020

I — INTRODUÇÃO E ENQUADRAMENTO

O Decreto-Lei n.º 20-F/2020, de 12 de maio, estabelece um regime excecional e temporário, no âmbito da pandemia da doença COVID-19, relativo ao pagamento do prémio de seguro e aos efeitos da diminuição temporária do risco nos contratos de seguro decorrentes de redução significativa ou de suspensão de atividade.

As medidas previstas neste diploma organizam-se em três planos:

1. Conversão de um regime de pagamento de prémios de imperatividade absoluta em imperatividade relativa

Tendo em consideração o relevante papel económico-social que o seguro desempenha, o decreto-lei vem flexibilizar, temporariamente e a título excecional, o regime de pagamento do prémio, convertendo-o num regime de imperatividade relativa, ou seja, admitindo que seja convencionado entre as partes um regime mais favorável ao tomador do seguro, ao invés do regime comum do pagamento do prémio de seguro, de imperatividade absoluta, que determina que o início ou a renovação da cobertura de um risco deve ser precedida do pagamento do respetivo prémio.

A título exemplificativo, podem ser acordados entre o segurador e o tomador do seguro o pagamento do prémio em data posterior à do início da cobertura dos riscos, o afastamento da resolução automática ou da não prorrogação em caso de falta de pagamento do prémio, o fracionamento do prémio, a prorrogação da validade do contrato de seguro, a suspensão temporária do pagamento do prémio e a redução temporária do montante do prémio em função da redução temporária do risco.

Alguns seguros estão excecionados desta medida por já ser possível a estipulação de condições contratuais diversas, caso dos seguros de vida e dos seguros de cobertura de grandes riscos ou então porque correspondem a seguros muito específicos aos quais não é possível a aplicação das regras comuns (caso do seguro de colheitas e pecuário e dos seguros mútuos pago com produto das receitas). São considerados grandes riscos, aqueles que estão previstos nos n.ºs 2 e 3 do artigo 5.º do

regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora e resseguradora, aprovado pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro (RJASR).

2. Manutenção da cobertura obrigatória

Esta medida apenas é aplicável caso não seja convencionado um regime mais favorável ao tomador do seguro, mesmo que resulte de anúncio público do segurador.

Na falta de acordo entre o segurador e o tomador do seguro quanto a condições contratuais de pagamento do prémio mais favoráveis ao tomador do seguro e perante a falta de pagamento do prémio ou de fração na respetiva data do vencimento, a cobertura dos seguros obrigatórios é mantida por um período de 60 dias a contar da data do vencimento do prémio ou da fração devida.

A medida em causa, que visa evitar a cessação das coberturas obrigatórias por falta de pagamento do prémio ou de fração, é aplicável na vigência do contrato em caso de falta de pagamento de anuidades subsequentes ou da primeira fração deste, de fração do prémio no decurso de uma anuidade, prémio de acerto ou parte de um prémio de montante variável ou ainda de um prémio adicional resultante de uma modificação do contrato fundada num agravamento superveniente do risco. Estas situações partilham das razões subjacentes à intenção de obstar à cessação da cobertura, obviando aos inerentes prejuízos. Já não se estenderá ao pagamento do prémio inicial ou da primeira fração deste. Neste caso, ou existe um acordo “*ab initio*” entre as partes quanto ao respetivo pagamento, o que exclui a aplicabilidade do n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 20-F/2020, de 12 de maio, ou, inexistindo acordo, o não pagamento do prémio determina a resolução do contrato a partir da data da sua celebração, pelo que não chega a existir contrato que seja suscetível de prorrogação.

Abrangendo a medida apenas as coberturas obrigatórias, ficará no âmbito da autonomia contratual das partes, estendê-la a coberturas facultativas, sobretudo se se tratar de um seguro multirriscos.

Dado que o tomador do seguro pode não querer manter a cobertura obrigatória, a partir da data da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 20-F/2020, de 12 de maio, o segurador ficou sujeito ao dever de o avisar com a antecedência mínima de dez dias úteis relativamente à data do vencimento do prémio, para que o tomador do seguro possa informar o segurador que não pretende manter a cobertura.

Caso o tomador do seguro não pague o prémio até ao final do período de 60 dias, o contrato de seguro cessa, mas este não fica desobrigado de pagar do prémio correspondente ao período em que o contrato haja vigorado.

A prorrogação do contrato é refletida no respetivo certificado da vigência do seguro, quando este seja exigível, podendo, dada a natureza da cobertura, assumir a forma de certificado provisório.

O montante do prémio em dívida pode ser deduzido de qualquer prestação pecuniária devida pelo segurador ao tomador do seguro, designadamente por ocorrência de sinistro no período em que o contrato haja vigorado, quando o tomador do seguro seja simultaneamente beneficiário da prestação.

3. Reflexo da redução do risco no prémio e fracionamento do prémio

Para além das duas primeiras medidas, nos contratos de seguro em que se verifique a redução significativa ou mesmo a eliminação do risco coberto, por os tomadores de seguros desenvolverem atividades que se encontrem suspensas ou cujos estabelecimento ou instalações ainda se encontrem encerradas ou cujas atividades se reduziram substancialmente, em decorrência direta ou indireta das medidas excecionais e temporárias adotadas em resposta à pandemia da doença COVID-19, o Decreto-Lei estabelece o direito de os tomadores de seguros, relativamente aos seguros que cubram riscos da sua atividade:

- a) Requererem o reflexo dessas circunstâncias no prémio, aplicando-se, com as devidas adaptações, o disposto no artigo 92.º do regime jurídico do contrato de seguro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 72/2008, de 16 de abril (RJCS);
- b) Requererem a aplicação de um regime de fracionamento do prémio referente à anuidade em curso, sem custos adicionais.

Esta medida abrange seguros que são subscritos em correlação com a atividade afetada, podendo estar em causa, entre outros, seguros de responsabilidade civil profissional, seguros de responsabilidade civil geral, seguros de acidentes de trabalho, seguros de acidentes pessoais ou ainda seguros de assistência, enquanto seguros relativos que cobrem riscos relativos a essas atividades.

Considera-se existir uma redução substancial da atividade quando o tomador do seguro esteja em situação de crise empresarial, incluindo quando registe uma quebra abrupta e acentuada de, pelo menos, 40% da faturação.

Quando o prémio já tenha sido integralmente pago antes da redução, o montante da redução do prémio é deduzido ao montante devido na próxima anuidade ou, em caso de contrato de seguro que não se prorrogue, devolvido no prazo de dez dias úteis anteriores à respetiva cessação, salvo se houver outro acordo entre o segurador e o tomador do seguro.

Esta medida não é aplicável aos seguros de cobertura de grandes riscos.

As alterações contratuais resultantes da aplicação do regime são reduzidas a escrito em ata adicional, ou em condição particular, a remeter pelo segurador ao tomador do seguro no prazo de 10 dias úteis após a data da convenção ou do exercício do direito pelo tomador do seguro. A alteração do contrato por aplicação do n.º 3 do artigo 2.º, não estando dependente de convenção ou do exercício do direito pelo tomador do seguro, processa-se *ex vi legis*.

A Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) é responsável pela supervisão e fiscalização da aplicação do regime, tendo-lhe ainda sido atribuído o poder de densificar, por norma regulamentar, os deveres dos seguradores previstos no decreto-lei.

Assim, e não obstante, o regime previsto no decreto-lei ser de aplicação imediata após a respetiva entrada em vigor, a ASF entendeu útil fixar alguns princípios gerais de aplicação comum pelos seguradores.

Por outro lado, os seguradores sujeitos à supervisão da ASF devem prestar-lhe a informação necessária, tendo em conta os objetivos da supervisão previstos nos artigos 22.º e 23.º do regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora e resseguradora (RJASR), aprovado pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, e para o desempenho de outras competências legais que lhe estejam cometidas. Para esse efeito, na presente norma regulamentar, estabelece-se o conteúdo, formato, meio e prazos do reporte de informação à ASF para cabal exercício das competências de supervisão do regime previsto no Decreto-Lei n.º 20-F/2020, de 12 de maio.

II — PROJETO DE NORMA REGULAMENTAR E AVALIAÇÃO DE IMPACTO

A) Descrição do conteúdo da norma regulamentar

1. A norma regulamentar, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 20-F/2020, de 12 de maio, densifica os deveres dos seguradores previstos no Decreto-Lei n.º 20-F/2020, de 12 de maio, e ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 4 do artigo 81.º do RJASR, estabelece o conteúdo, formato, meio e prazos do reporte de informação à ASF para cabal exercício das competências de supervisão desse regime.

2. No âmbito dos deveres dos seguradores, estabelece-se os meios que os seguradores devem utilizar para divulgar aos seus clientes as medidas previstas no Decreto-Lei n.º 20-F/2020, de 12 de maio, privilegiando o recurso aos meios digitais.

Especifica-se igualmente os meios a utilizar pelos seguradores para prestar a informação prevista no n.º 4 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 20-F/2020, de 12 de maio, ou seja, a informação que tem por objetivo conferir ao tomador do seguro a possibilidade de se opor à prorrogação da cobertura.

Estabelece-se um dever de resposta do segurador às solicitações do tomador do seguro para acionar a aplicação de uma das medidas previstas no Decreto-Lei n.º 20-F/2020, de 12 de maio, também em caso de recusa ou proposta de medida distinta.

Clarifica-se a forma de aplicação das medidas aos seguros de grupo contributivos, por aplicação dos princípios consagrados no RJCS, em concreto, no artigo 77.º, no n.º 3 do artigo 80.º e no n.º 2 do artigo 87.º.

3. Estabelece-se o conteúdo, formato, meio e prazos do reporte de informação à ASF para cabal exercício das competências de supervisão do regime previsto no Decreto-Lei n.º 20-F/2020, de 12 de maio, distinguindo-se a informação para determinação do impacto nos contratos da aplicação das medidas e para apuramento do impacto em termos de taxas e contribuições cuja base de incidência seja o montante do prémio de seguro.

B) Avaliação do impacto da norma regulamentar

Na ponderação do impacto desta intervenção normativa importa reconhecer que o respetivo cumprimento acarreta diversos custos para as empresas de seguros associados à informação aos tomadores de seguros, à recolha e à organização da informação a prestar à ASF e ao preenchimento dos modelos e dos ficheiros de reporte. Implica também custos acrescidos para a ASF, desde logo, associados ao processo regulamentar e, sobretudo, no exercício das competências de supervisão do regime.

Trata-se, no entanto, de requisitos mínimos indispensáveis para a aplicação e supervisão do cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 20-F/2020, de 12 de maio.

Não obstante, prevaleceu nas opções regulatórias um princípio de proporcionalidade refletido no privilegiar de meios digitais de comunicação e dos meios habitualmente já utilizados nas comunicações estabelecidas com o tomador do seguro.

Por outro lado, esta iniciativa apresenta uma utilidade regulatória por contribuir para a aplicação convergente do diploma e por conferir tratamento normativo aos reporte de informação conferindo-lhe previsibilidade e transparência.

III — PEDIDO DE COMENTÁRIOS

Solicita-se aos interessados que submetam os seus comentários sobre o projeto de norma regulamentar, por escrito, até ao dia 15 de junho de 2020, preferencialmente para o seguinte endereço de correio eletrónico: consultaspublicas@asf.com.pt

Considerando que a aprovação e publicação da presente norma regulamentar é muito urgente, na medida em que a sua utilidade está circunscrita no tempo, e que a sua motivação tem por base um período extraordinário de resposta aos impactos da pandemia da doença COVID-19, estará fundamentada a utilização da possibilidade de redução do período mínimo normal de 15 dias para o prazo de consulta pública, redução essa admitida no n.º 2 do artigo 47.º dos Estatutos da ASF, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 1/2015, de 6 de janeiro.

Atendendo a razões de transparência, a ASF propõe-se publicar os contributos recebidos ao abrigo desta consulta pública. Assim, caso o respondente se oponha à referida publicação deve referi-lo expressamente no contributo que enviar.

Por razões de equidade, os contributos recebidos após o final do prazo da consulta pública não serão considerados.